

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.142 - PE (2019/0126231-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : JOSÉ TENÓRIO BEZERRA MARTINS  
**ADVOGADOS** : JEFFERSON ROMÁRIO PEIXOTO DA SILVA - PE042081  
JOSE TENORIO BEZERRA MARTINS E OUTRO(S) - PE035553  
**AGRAVADO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por JOSÉ TENÓRIO BEZERRA MARTINS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

DIREITO CIVIL RESPONSABILIDADE CIVIL DANOS MORAIS  
MILITAR RECADASTRAMENTO PROVA DE VIDA ATRASO NO  
PAGAMENTO DOS PROVENTOS ATO ILÍCITO INEXISTÊNCIA

Alega violação do arts. 186, 927 e 944 do CC, no que concerne ao dano moral, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O respeitável acórdão proferido pelo Tribunal de origem, ao confirmar a sentença do juízo a quo, não deu à correta aplicação da Lei Federal (Código Civil), por não permitir a aplicação por dano moral, sem que tenha sido negativado o nome do requerente em Cadastro de Inadimplentes (SPC/SERASA/Cadin), vejamos o que aduz o art. 186, do Código Civil (fl. 475).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Penso, entretanto, que a sentença não deve ser reformada. Não obstante tenha sido reprovável a conduta da apelada, **tem-se que esta não configura um ato ilícito**, e sim, um equívoco por parte da União. A omissão descrita nestes atos não pode ser comparada ao um ato que determina o cancelamento de benefício, sem a observância do contraditório e da ampla defesa. Ademais, o apelante não demonstrou qual foi o dano efetivamente suportado, eis que relacionou apenas os prejuízos de ordem material por ele suportados, pedido que não foi objeto da pretensão aqui deduzida, tendo pleiteado apenas o ressarcimento dos danos morais (fl. 458) (grifo nosso)

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.'” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente